

MUÇULMANOS NO BRASIL: ADAPTAÇÕES E ESPECIFICIDADES NOS SÉCULOS XX E XXI

MUSLIMS IN BRAZIL: ADAPTATIONS AND SPECIFICITIES IN THE 20th and 21st CENTURIES

Stefany Dutra¹
Emily Steffens Pereira²
Fausto Alencar Irschlinger³

DUTRA, S.; PEREIRA, E. S.; IRSCHLINGER, F. A. Muçulmanos no Brasil: adaptações e especificidades nos séculos XX e XXI. **Akrópolis** Umuarama, v. 27, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2019.

DOI: 10.25110/akropolis.v27i1.7506

RESUMO: O presente estudo discorre sobre o Islã, observando algumas de suas principais características, história e influências no contexto contemporâneo. Objetivamos entender a trajetória dessa religião no Brasil, com foco no século XX e XXI, analisando práticas religiosas e adaptações. Buscamos também analisar as relações sociais dos muçulmanos no Brasil, notoriamente de maioria cristã, abordando questões como o preconceito e a intolerância religiosa, temas que são pertinentes em nosso cotidiano. Estudar os muçulmanos no Brasil significa entender sua religião num contexto “minoritário” e ressignificar estereótipos difundidos pelas mídias, os quais são perpassados pelo senso comum. A metodologia utilizada neste estudo ancora-se em fontes bibliográficas, contando com o método proposto por Astor A. Diehl, com a interpretação das fontes, a fim de promover maior cientificidade à pesquisa. Para tanto, recorreremos a diferentes fontes bibliográficas científicas e documentos da esfera religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: História; Religião; Religiosidade; Islã; Muçulmanos no Brasil.

ABSTRACT: This study discusses Islam, observing some of its main characteristics, history and influences in the contemporary context. The authors aim to understand the religion's trajectory in Brazil, focusing on the 20th and 21st century, analyzing religious practices and adaptations. The study also seeks to analyze the social relations of Muslims in Brazil, a country of notably Christian majority, addressing issues such as prejudice and religious intolerance, which are pertinent in our daily lives. Studying Muslims in Brazil means understanding their religion in a “minority” context and re-signifying stereotypes spread by the media, which are pervaded by common sense. The methodology used in this study is based on bibliographic sources, using the method proposed by Astor A. Diehl, with the interpretation of sources in order to promote greater scientific character to the research. For this, the authors used different scientific bibliographic sources and documents from the religious sphere.

KEYWORDS: History; Religion; Religiosity; Islam; Muslims in Brazil.

¹Acadêmicas do curso de História da Unipar – Universidade Paranaense, Unidade de Cascavel.

²Orientador e professor do Curso de História da Unipar – Universidade Paranaense, Unidade de Cascavel.

INTRODUÇÃO

Algumas teorias no século XX apontavam para o decréscimo ou mesmo o “fim” da religião. Entretanto, essas concepções mostraram-se parciais e falhas, pois a religião envolve boa parte dos grupos humanos e suas influências crescem a cada dia, tornando-se alvo de estudos científicos, além de ser utilizada por uma grande parte da população como uma conduta de vida, preceito de verdade ou salvação. As religiões não só influenciam o campo espiritual, mas também as escolhas políticas, sociais, econômicas e educacionais. Entre outros, a religião está conectada à cultura e entrelaçada por contextos históricos distintos, sendo caracteristicamente coletiva, pois define crenças, juízos de valores e condutas morais, presentes em nosso meio desde os tempos mais antigos. Para Silva (2009, p. 354), a religião é um “esforço para explicar o mundo e o universo”. Atualmente, a religião e a religiosidade representam importantes categorias de estudos da história. Aspectos envolvendo criação, aceitação, negação, crença, fé, potência, poder, aculturação, sincretismo e hibridismo religioso revelam importantes imbricações do campo religioso com as disputas simbólicas, reverberando durante milênios nas diferentes configurações sociais e culturais.

Segundo o último senso do IBGE, o Brasil é um país onde majoritariamente as pessoas se definem pertencentes a alguma religião cristã, com destaque para o catolicismo (com mais de cento e vinte e três milhões de adeptos), seguido por evangélicos, em suas diferentes vertentes (com mais de quarenta e dois milhões de seguidores), e as demais religiões. A maioria católica brasileira tem origem desde o período colonial, visto que, até a implantação de uma Constituição republicana, o Brasil era um país de religião oficial católica, de forma que, por muitos anos, teve vedada a expressão pública de outras religiões. Em nossa atual Constituição “cidadã” de 1988, consta, no artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De acordo com uma série de itens, entre eles: “VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais

de culto e a suas liturgias”. (BRASIL, 1988). Todavia, ainda são visíveis em nosso país atos de intolerância religiosa e xenofobia – se tratarmos de muçulmanos refugiados, descendentes e imigrantes.

Em geral, observamos que a religião islâmica tem em torno de mil e quatrocentos anos de história, perpassando, assim, por diversos acontecimentos e contextos, o que deixou influências que perduram na contemporaneidade. O conceito religião está diretamente ligado à cultura, já que seus preceitos transformam as pessoas, os hábitos e os locais. Também, é necessário perceber que, ao estudar as religiões, é preciso entender suas especificidades e divisões internas, como no caso do Islã, com a distinção entre xiitas e sunitas, os quais possuem diferentes concepções teológicas sobre o Islã. Atualmente, aproximadamente 25% da população mundial é muçulmana. Entretanto, o número de adeptos ao Islã, no Brasil, é minoritário, sendo que, no senso do IBGE (2010), foram classificadas em torno de trinta e cinco mil pessoas. Apesar de baixo, o número vem crescendo, visto que, em relação ao senso anterior, teve um aumento de mais ou menos 20%. Vale ressaltar que, como no Brasil o islamismo encontra-se em um contexto minoritário, é importante entender que suas práticas e dogmas estão sujeitas a adaptações, como resalta a autora Silvia Montenegro (2002, s.p):

As comunidades consideradas em situação de minoria, isto é, aquelas que se desenvolvem fora dos Estados islâmicos ou de territórios onde os muçulmanos são maioria, devem, segundo os preceitos da religião, se subordinar às leis dos países hóspedes.

Devido ao contexto globalizado e tecnológico em que vivemos, as religiões também são acessadas e interpretadas por meio das mídias e veículos de informações. Contudo, quando se trata do Islã e, principalmente, após os acontecimentos que envolvem essa religião de alguma forma - como os atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, e, atualmente, os atentados terroristas acontecidos no continente europeu -, o olhar midiático sobre tal prática religiosa é carregado de estereótipos, generalizações e preconceitos, temas também abordados no decorrer deste artigo.

DESENVOLVIMENTO

A religião islâmica surgiu no decorrer do século VI d.C. (segundo o calendário gregoriano) e, desde então, as suas áreas de influência vêm crescendo cada vez mais. No princípio, Muhammad – O último profeta de Deus – aos quarenta anos, recebeu uma revelação sagrada por meio de um sonho com o anjo Gabriel, em que este lhe deu as instruções necessárias para criar e difundir o Islã por todas as nações. Na tribo politeísta em que vivia, era comum as pessoas cultuarem ídolos de pedra, madeira ou até mesmo ouro. A partir desse conhecimento, é possível entender as dificuldades em disseminar a nova religião, sendo assim, Muhammad retirou-se à Medina, que recebeu grande aceitação e, ao retornar à Meca, promoveu a primeira *Hijad* (termo usado para designar uma luta muçulmana contra infiéis). Assim, conseguiu consolidar o Islã e iniciar sua expansão para além das fronteiras da Ásia, chegando, no período da Idade Média, a conquistar os territórios que hoje pertencem a Portugal e Espanha, levando, ainda, ao desenrolar das Cruzadas. Mesmo com diversas regiões ainda politeístas, o cristianismo tornava-se cada vez mais poderoso, protegendo e expandindo os seus territórios de influência, o que dificultou a expansão do Islã, assim, destaca Fletcher (2003, p. 34):

O Islã emergiu numa época em que a vida intelectual da cristandade dentro do mundo romano estava concentrada quase que exclusivamente na Bíblia e em seus comentadores. (...) A ideia de que o Islã poderia ser uma “religião nova” era, no estrito senso do termo, inconcebível.

Para compreendermos sobre a religião islâmica, é preciso entender no que ela acredita, bem como sobre os seus dogmas. Em geral, o Islã é composto por cinco pilares principais, sendo: a crença em um único deus (Alá); sua unicidade e poder e a crença de que Maomé foi seu último mensageiro; a oração diária, feita cinco vezes ao dia, direcionando-se à Meca e recitando trechos do Alcorão, seu livro sagrado; o *zakkah*, ou a caridade obrigatória, que consiste em uma contribuição de pessoas que possuem uma certa quantidade de riquezas para aquelas que pouco possuem, objetivando, dessa forma, uma sociedade mais igualitária, além de evitar a

inveja e a violência; o jejum, durante o mês do Ramadã, do nascer ao por do Sol; e, por fim, o quinto pilar, que é a peregrinação, pelo menos uma vez na vida, à Meca, mas isso deve acontecer desde que a pessoa tenha condições físicas e financeiras, sem deixar de cumprir com suas demais obrigações, como zelar e manter sua família. Este pilar pode decorrer da caridade, sendo possível que alguém financie a viagem de outrém. Tais fundamentos são propostos por autores como Irineu Wilges, Vera Lúcia Maia Marques e Abdurrahman al-Sheha.

Ainda sobre a fé islâmica, é possível observar muitas semelhanças com outras religiões, tais como o catolicismo, visto que as duas, juntamente com o judaísmo, remetem sua origem a um mesmo contexto. Sobre isso, destaca Fletcher (2003, p. 35):

Muitas coisas que os muçulmanos faziam ou em que acreditavam eram familiares aos cristãos. Eles acreditavam em um Deus. Eles reverenciavam patriarcas, profetas e reis do Antigo Testamento - Abraão, Isaac, Jacó, Moisés, Elias, Davi, Salomão. Eles veneravam a Virgem Maria, a quem de fato, um dos capítulos, ou suras, do Corão é dedicado (Sura 19). Referências respeitadas a Jesus e seus ensinamentos ocorrem repetidamente no Corão. Como os cristãos, eles rezavam e jejuavam, davam esmolas e saíam em peregrinação.

Além disso, entre suas semelhanças, encontram-se, ainda, a castidade, a crença em anjos, no “juízo final”, no céu/paraíso e inferno, entre outros. Entretanto, apesar de crer na existência de Jesus, o Islã não acredita que ele seja o “único filho” de Deus ou o último profeta, como fazem os católicos e cristãos, uma vez que, para eles, o último profeta seria Maomé.

No contexto que envolve as migrações e as relações de poder pelo mundo, observa-se que a inserção da religião islâmica no Brasil realizou-se de diferentes formas, como abordam as autoras Gisele Chagas, em “Rituais fúnebres no islã: notas sobre as comunidades muçulmanas no Brasil”, e Lidice Meyer Pinto Ribeiro, em “A implantação e o crescimento do islã no Brasil”, podendo destacar, então, três principais períodos: a fase colonial ou de escravidão, fase de imigração e fase de conversão. No período colonial, a inserção efetivou-se com a vinda de

escravos de regiões da África já islamizadas, mas, como é de notório conhecimento, “o negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa”. (FAUSTO, 2015, p. 48). Logo, não poderia optar por manter sua religião, fosse ela o Islã ou outra religião de matriz africana. Bóris Fausto (2015, p. 48) ainda aponta:

Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportava-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso o negro era considerado um ser racialmente inferior.

Por esses e outros fatores, por exemplo, a separação de famílias, tribos e sua mistura durante esse período, é fácil concluir que o desenvolvimento do Islã, nessa fase, não foi tão próspero; mas um item de destaque dessa época – e que ainda hoje é uma referência para muçulmanos convertidos no Brasil, principalmente, grupos negros – é a Revolta dos Malês (Malê era o nome dado aos escravos muçulmanos pelos não-muçulmanos). Tal revolta foi um movimento contestatório do período regencial, em 1835, ocorrido em Salvador, liderado por negros de orientação religiosa islâmica, que propunham o fim da escravidão, a liberdade de expressão religiosa, a divulgação do Islã, o combate aos brancos e mestiços, entre outros. O movimento foi suprimido, com isso “foram feitos 200 presos, que foram julgados e condenados a penas variadas, como açoites, morte ou envio de volta à África”. (SILVA, s.d, s.p), porém, sua ação despertou o medo de uma possível revolta geral dos escravos na época. Lidice Meyer Pinto Ribeiro também aponta uma possível diluição dessas práticas muçulmanas coloniais no candomblé e outras religiões, formando, dessa forma, sincretismos religiosos.

Durante as várias ondas migratórias, nos séculos XIX e XX, houve uma segunda inserção da religião islâmica no Brasil. A vinda desses imigrantes tinha o intuito de estabelecimento econômico – ou fuga dos conflitos – para depois voltar à sua terra natal. Porém, alguns permaneceram em território brasileiro, difundindo suas religiões e costumes e se estabelecendo no país. A primeira mesquita a ser construída no

Brasil foi inaugurada em 1960, em São Paulo; não é por acaso que tal estado possui hoje a maior concentração de adeptos ao Islã no país, seguida pelo estado do Paraná (com destaque para a região de Foz do Iguaçu). É importante destacar que, devido a essa leva de imigrantes de procedência islâmica e árabe, é comum a confusão e associação desses termos no Brasil, dizendo-se, assim, que “todo árabe é muçulmano” e “todo muçulmano é árabe”, sendo que nenhuma das afirmações é correta, já que um termo pertence ao grupo étnico e outro à religião. Sobre isso, Ribeiro aponta: “[...] ser muçulmano, neste período, era quase o mesmo que ser um imigrante árabe. Trazia-se a religiosidade junto com a nacionalidade, apesar de muitos imigrantes árabes já serem cristãos desde seu país de origem” (RIBEIRO, 2012, p. 129).

Ainda sobre esses equívocos conceituais, há, atualmente, o erro de associar esses dois conceitos a um terceiro, o de terrorismo. Cristine Fortes Lia e Roberto Radunz, no artigo “Os monoteístas no mundo contemporâneo: judeus, cristãos e muçulmanos”, apresentam que esse equívoco é decorrente da pouca abordagem historiográfica para as religiões além do catolicismo, assim: “esta fragilidade historiográfica no Brasil permite, entre outras, a permanência dos equívocos promovidos por uma parte da mídia que generaliza – para o qual todos os árabes são muçulmanos e estes são todos terroristas”. (LIA; RADUNZ, 2013, p. 249-250). Sobre esse assunto, Said (1990, p. 291) afirma que:

Nos filmes ou nas fotos de notícias, o árabe é sempre visto em grandes números. Nenhuma individualidade, nenhuma característica ou experiência pessoal. A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais (logo, desesperadamente excêntricos). À espreita, por trás de todas essas imagens, está a ameaça da *Jihad*. Resultado: um temor de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo.

Sobre a terceira fase de inserção do Islã no Brasil, caracterizada pelas conversões (principalmente nos séculos XX e XXI), destacam-se diferentes motivações, tais como: efeito midiático, relacionado aos atentados e novelas que despertam a curiosidade sobre a religião; descendentes dos antigos imigrantes que se refi-

liam, entre outros. Segundo Marques (2011), existem três principais tipos de conversão: o primeiro seria quando o indivíduo rompe com a antiga religião, geralmente, por se decepcionar com a falta de explicações sobre a criação do mundo e outros pontos que deixem um sentimento de vazio inexplicável, em que, para esses casos, o Alcorão seria o mais completo. O segundo tipo seria quando o indivíduo, que se diz sem religião, identifica-se com o Islã. Pode estar associado com a diminuição de transmissão religiosa de pais para filhos e, é o modelo de conversão que mais cresce no país. Já o terceiro tipo de conversão, é chamado pela autora de refiliação, no qual o indivíduo se redescobre dentro da sua religião, passando a segui-la de maneira mais rigorosa.

Considerando a mesma linha de pensamento, é importante ressaltar que, dentro da questão religiosa, todo aquele que se insere na religião é considerado um revertido, como observa Ribeiro: “dentro do islamismo, o termo usado para identificar um novo seguidor é “revertido”. Entende-se que todo ser humano é nascido muçulmano e, portanto, uma conversão é, na verdade, um retorno ao estado original” (RIBEIRO, 2012, p. 121).

Devido às diferenças culturais de ambos os povos, o seguimento da fé islâmica precisou se adaptar ao novo ambiente; um exemplo disso é a questão das orações diárias, visto que, devido ao trabalho, tais orações nem sempre podem ser feitas no horário correto, sendo realizadas, muitas vezes, todas de uma só vez, ao chegar em casa, após o expediente de trabalho. Também, como uma forma de adaptar-se, pode-se analisar a abertura das mesquitas aos visitantes e mussalas, como forma de disseminar maior conhecimento. Existe, ademais, a criação de escolas islâmicas, a fim de oferecer mais engajamento com a comunidade e orientar as crianças, provindas de famílias muçulmanas, ao seguimento da religião e sua manutenção. Um exemplo disso está na criação da Escola Islâmica em Curitiba, em 1969, que é estudada por Wanessa Margotti Ramos Storti.

Ainda sobre as adaptações, entra em questão o uso dos véus para mulheres, tema bastante delicado, quando colocado numa perspectiva Ocidental, já que, muitas vezes, o seu uso é visto como algo retrógrado, opressor ou autoritário. Contudo, como pesquisadores, devemos entender conceitos como o de etnocentrismo e

abordar temas como esses com um olhar relativizador. O uso do véu tem diferentes interpretações dentro da própria religião, existindo, assim, diferentes tipos de véus (*burca*, *niqab*, *chador* e *hijab*), que possuem diferentes significados para as muçulmanas que os usam, por exemplo, em contextos minoritários, como no Brasil, ele pode significar resistência e orgulho. Para as convertidas, ele traz representatividade, pertencimento e identificação; outro significado é a dignidade da mulher e a preservação da castidade, sendo o véu um facilitador para a manutenção dessas virtudes. Em alguns contextos, o uso do véu está ligado à diferenciação entre espaço público e privado, sendo que o primeiro é destinado a homens e, por isso, as mulheres deveriam andar cobertas. O uso do véu, no Brasil, agrega também os julgamentos, baseados, na maioria das vezes, em pensamentos xenofóbicos – uma vez que, no senso comum, essa religião está ligada apenas aos imigrantes –. Ocorre, inclusive, a problemática em torno da proibição do uso do véu islâmico em certas instituições, ferindo, assim, a crença de algumas mulheres, bem como seu direito de escolha e de representação.

São vários os pontos de vista e interpretações sobre o tema, mas não podemos deixar de lado o quanto a mídia é capaz de causar efeitos, tanto positivos como negativos sobre tal religião ou outra qualquer. No caso específico dos muçulmanos, devido aos acontecimentos de grupos terroristas no exterior, que seguem essa religião, muitos adeptos, aqui no Brasil, sofrem com isso: os muros de suas casas podem ser pichados; são obrigados a ouvir discursos de ódio; são chamados de “terroristas” e fanáticos e, até mesmo, podem ser apedrejados na rua. Em “Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil.”, Silvia M. Montenegro traz um olhar crítico em relação às notícias, vídeos, reportagens e a mídia em geral quando se referem ao Islã, tornando possível maior entendimento sobre como a comunidade islâmica no Brasil se posiciona em relação a tais discursos e à interpretação de conceitos islâmicos; a autora fala sobre “islamizar” o conhecimento sobre o Islã, contrapondo a generalização de que todos os muçulmanos são violentos, terroristas ou extremistas.

Pode-se dizer, ainda, que, no Brasil, a curiosidade sobre essa religião aumentou significativamente após o atentado terrorista ocorrido contra as Torres Gêmeas, em 11 de Setembro

de 2001. Tal evento despertou maior interesse para conhecer essa religião, da qual antes pouco se falava, a fim de compreender o que leva certas pessoas a cometer atos terroristas ou até mesmo suicidas. É importante ressaltar que esses grupos terroristas se formam devido a determinadas interpretações das escrituras, posicionamentos políticos e ideologias extremistas, em meio às relações de poder. Após o acontecimento, houve um período chamado por Silvia Montenegro de “demonização do Islã”, permeado por transmissões de assuntos sobre a religião, sempre a relacionando com ataques terroristas, poligamia, uso da burca, etc.

A partir do crescimento do interesse sobre o Islã, no Brasil, também houve a transmissão de uma novela que se popularizou na América do Sul e que trazia o islamismo junto da cultura árabe, como fundo central da trama. Tal novela, chamada “O Clone”, auxiliou muitas pessoas ao conhecimento dessa religião. Entretanto, apesar de tratar do Islã, misturaram-se ações e crenças típicas árabes e não muçulmanas, o que causou diversas críticas às informações transmitidas pela televisão, sendo que até hoje, como já mencionado anteriormente, carrega-se a ideia de que todo árabe é muçulmano e vice-versa, ignorando a diferença existente entre os conceitos de “etnia” e “crença”, entre outros. A visão ocidental cria em suas análises sobre o Oriente uma ideia de “o outro” ou de “inferioridade”, como é abordado por Edward Said, o que tende a afastar e incentivar um menosprezo pelo outro. Apesar disso e das estereotipações, muitos brasileiros convertem-se ou simpatizam com o Islã.

Em contrapartida à visão negativa do Islã, difundida por parte da mídia, é perceptível que certas comunidades muçulmanas, como a da mesquita de Foz do Iguaçu – Paraná, consigam sucesso e certa receptividade no local em que se encontram, até porque essas comunidades, muitas vezes, fomentam a economia e o turismo, trazendo grandes vantagens para tais locais. Nessa região de tríplice fronteira, as relações sociais, econômicas e culturais merecem ser melhor observadas, pois, aparentemente, temos uma tentativa de integração (ou ao menos o convívio pacífico) entre grupos muçulmanos, cristãos, judaicos ou mesmo budistas. Entretanto, cabem estudos mais específicos.

Nesse sentido, Aline Arruda aborda sobre os direitos humanos e o exercício da religião

muçulmana na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Em suas pesquisas, observa a reafirmação de identidades, as migrações internacionais, os direitos humanos e a religião muçulmana, com destaque para grupos de libaneses na região.

Aline Maria Tomé Arruda (2007) trabalha, em sua dissertação de mestrado, sobre a presença dos libaneses no Brasil, com foco para a cidade de Foz do Iguaçu-PR, em que afirma que a intenção de rápido acúmulo de capital, seguido de retorno, serviu como grande incentivo para propiciar o aparecimento de uma das principais características do grupo árabe, a dedicação ao comércio, em que a mascateação teria sido a solução encontrada. O enfoque principal da pesquisa revela as relações de distanciamento, estereotipificação do diferente, entre o segmento libanês e os demais que se encontram no mesmo espaço. São expostas iniciativas com objetivo de preservação e (re)construção de tradições do país de origem, tais como a religião muçulmana, a preocupação com manutenção identitária, junto à segunda geração, e viagens de (re)conhecimento ao Líbano. Para Arruda, esses temas demonstram uma tentativa de buscar elementos de origem comuns, o que permite a constituição de uma comunidade. Em contrapartida, estereótipos veiculados pela mídia, percepções de brasileiros sobre a colônia libanesa e conflitos que ocorrem no Oriente Médio, são fatores externos ao grupo que complementam a delimitação de uma identidade ao grupo analisado.

Segundo Poliana Fabiula Cardozo (2003, p. 03):

As evidências da expressão étnica árabe marcam-se em Foz do Iguaçu pelas mesquitas, clubes, restaurantes, lojas, escolas e outros elementos pitorescos que, organizados de maneira específica, podem contribuir para a diversificação e qualificação dos projetos turísticos locais.

Atualmente, é possível observar que existem cerca de vinte e quatro mesquitas e instituições muçulmanas no Brasil, sendo que oito unidades estão no estado de São Paulo, cinco no Paraná, duas em Santa Catarina, uma no Rio de Janeiro, no Ceará, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pará. Esses espaços possibilitam novos estudos e relações mais

aprofundadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisadores, não nos cabe trazer julgamentos ou mesmo eleger preceitos de verdades em torno de questões que envolvam a fé islâmica, mas observar e compreender melhor sobre os seus seguidores, tradições, contribuições (sejam positivas ou negativas) para a história da humanidade, com destaque à contemporaneidade. Na busca por fontes, é perceptível que o tema do Islã ainda é pouco abordado no Brasil, pois o campo de estudo da religião e da religiosidade é predominado pelas religiões e vertentes católicas e evangélicas. Muitos dos autores por nós utilizados – Silvia M. Montenegro, Cristine Fortes Lia, Roberto Radunz, entre outros – enfatizam a escassez da pesquisa acerca da religião islâmica e apontam a problemática da distância entre os conhecimentos acadêmicos, a escola e o senso comum, evidenciando a retenção das pesquisas e inovações dentro das universidades. Em geral, essa falta de disseminação dos conhecimentos e pesquisas resulta em estereótipos, preconceitos e generalizações. Quando situações como essa se evidenciam no Brasil, notamos, além da intolerância religiosa, a xenofobia, visto que muitos dos muçulmanos no território nacional são imigrantes (de diferentes ondas migratórias), o que pode culminar, inclusive, em violência física e verbal. Com isso, destaca-se a importância da história e do ensino religioso para que conceitos como o respeito e a solidariedade sejam perpetuados desde a infância.

Como já dito, as religiões monoteístas têm origens semelhantes e precisam ser melhor abordadas nas escolas, trazendo a relevância da religião muçulmana e seu desenvolvimento, como propõe o Projeto de Lei nº1.780, de 2011, que inclui a obrigatoriedade no currículo escolar da temática “cultura árabe e tradição islâmica”, além, é claro, de tentar aproximar os conhecimentos acadêmicos com a escola e a disciplina de ensino religioso. Já o estudo dos véus islâmicos e suas diferentes explicações e interpretações, por exemplo, são um assunto de destaque que geralmente fica no senso comum ou etnocentrismo, precisando, assim, que sejam melhor analisados e trabalhados, tanto na esfera intelectual quanto na esfera das relações sociais e da cidadania. Sobre o etnocentrismo, é válido

ainda estudar a questão da mulher (ou mesmo feminista), relacionada ao islamismo, lembrando que o tema religião deve ser tratado com singularidade e reflexões pertinentes.

Observa-se que uma visão negativa em relação ao Islã ainda é preponderante, principalmente devido aos atentados terroristas, com destaques atuais para o grupo “Estado Islâmico”, no tempo presente; todavia, como pudemos perceber, há diferentes interpretações do Islã e grupos que não concordam com os posicionamentos dos demais. Há grande relação político-econômica, envolvendo países do Oriente Médio, Estado Islâmico, Estados Unidos e Rússia, que, somados ao contexto da globalização em que vivemos, se espalham em notícias pelo mundo todo, a quais podem carregar olhares midiáticos com demandas e influências estratégicas em torno das relações de poder.

Percebemos, também, a necessidade de se estudar mais as adaptações da religião islâmica em nosso país, já que muitas tradições e dogmas não são cumpridos ou respeitados, por exemplo, os rituais fúnebres em determinadas regiões. A inserção social dos fiéis muçulmanos pode ser enriquecedora, como visível em regiões em que as comunidades islâmicas não enfrentam tantas oposições (como em Foz do Iguaçu ou em regiões de São Paulo), de forma que agregam ao desenvolvimento econômico, turístico e cultural.

Consideramos a importância do fortalecimento da democracia no Brasil e no mundo, bem como da constante observância e do cumprimento dos direitos humanos, das referendadas legislações internacionais, da tolerância e da harmonia entre diferentes povos e culturas. Somete com a promoção da educação de qualidade, do conhecimento científico, humanístico e universalista que é possível neutralizar extremismos. Assim, um mundo mais humano, ético e livre passa necessariamente pelo caminho do respeito, do desenvolvimento sustentável, do conhecimento e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. M. T. A presença libanesa em Foz do Iguaçu – Brasil e Ciudad del Este – Paraguai. Dissertação (Mestrado do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas) – Universidade de Brasília, março de 2007. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em novembro de 2017.

CARDOSO, R. **CAMINHOS DO ISLÃ NO BRASIL**. Disponível em: http://istoe.com.br/349181_OS+CAMINHOS+DO+ISLA+NO+BRASIL/. Acesso em: jun. 2017.

CASTRO, C. M. de. **Usar ou não o hijab no Brasil?** Uma análise da religiosidade islâmica em um contexto minoritário. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872015000200363&lang=pt. Acesso em: abr 2017.

CHAGAS, G. F. **Rituais fúnebres no islã:** notas sobre as comunidades muçulmanas no Brasil, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jan/jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872015000100121&lang=pt. Acesso em: abr 2017.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 680 p.

FLETCHER, R. **A Cruz e o Crescente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

HAJJAMI, A. El. **A condição das mulheres no Islã:** a questão da igualdade. Campinas, n. 20, Jan/Junho. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100009&lang=pt#tx11. Acesso em: jun. 2017.

LIA, C. F.; RADUNZ, R. **Os monoteístas no mundo contemporâneo:** judeus, cristãos e muçulmanos, Maringá, v. 5, n. 15, jan. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30226>. Acesso em: jun. 2017.

MARQUES, V. L. M. **Os muçulmanos no Brasil**. Lisboa, v. 15, n. 1 Fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v15n1/v15n1a02.pdf>. Acesso em: out. 2017.

MONTENEGRO, S. M. **Discursos e contradiscursos:** o olhar da mídia sobre o islã no Brasil. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Abril 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100003. Acesso em: abr. 2017.

RIBEIRO, L. M. P. **A implantação e o crescimento do islã no Brasil**. São Paulo, v. 26, n. 43, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/3082/3273>. Acesso em: jul. 2017.

SAID, E. W. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHOSSLER, A. **Véu islâmico:** a diferença entre burca, niqab e hijab. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2016/08/22/zeitgeist-a-diferenca-entre-burca-niqab-e-hijab.htm>. Acesso em: out. 2017.

SILVA, B. I. da. **Revolta dos Malês**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/revolta-dos-males/>. Acesso em: nov. 2017.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2009. 440 p.

SOUSA, R. **Revolta dos Malês**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolta-males.htm>. Acesso em: nov. 2017.

STORTI, W. M. R. **A educação árabe na década de 1970 em Curitiba:** A escola Islâmica do Paraná (1969 – 1972). 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WILGES, I. **Cultura Religiosa:** as religiões no mundo. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 208 p.

MUÇULMANOS NO BRASIL: ADAPTAÇÕES E ESPECIFICIDADES NOS SÉCULOS XX E XXI

RESUMO: O texto busca compreender sobre o Islã, observando algumas de suas principais características, história e influências no contexto contemporâneo. Objetivamos entender a trajetória dessa religião no Brasil, com foco no século XX e XXI, analisando suas práticas religiosas e adaptações. Buscamos também analisar as relações sociais dos muçulmanos

no Brasil, notoriamente de maioria cristã, abordando questões como o preconceito e a intolerância religiosa, temas que são pertinentes em nosso cotidiano. Estudar os muçulmanos no Brasil significa entender sua religião num contexto “minoritário” e ressignificar estereótipos difundidos pelas mídias, os quais são perpassados pelo senso comum. A metodologia utiliza fontes bibliográficas, contando com o método proposto por Astor A. Diehl, com a interpretação das fontes, a fim de promover maior cientificidade à pesquisa. Utilizamos obras de referência, tais como: “A Cruz e o Crescente”, de Richard Fletcher; “Dicionário de Conceitos Históricos”, de Maciel Henrique da Silva e Kalina Vanderlei da Silva; “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, de Edward Said, além de artigos, traduções do Alcorão e livros de cunho instrucional para muçulmanos.

PALAVRAS-CHAVE: História; Religião; Religiosidade; Islã; Muçulmanos no Brasil.